



Criação do Parque Estadual Pico do Marumbi: Trajetória histórica, atores envolvidos e conflitos territoriais (PR, Brasil)

Creation of the Pico do Marumbi State Park: Historical trajectory, involved actors, and territorial conflicts (PR, Brazil)

Heloísa Letícia da Silva Conceição, Cinthia Maria de Sena Abrahão

RESUMO: Este artigo analisa o processo de criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM), entre as décadas de 1940 e 1990, com ênfase nas lutas ambientais, nos processos legais, nos conflitos e nas alianças entre diferentes atores políticos e sociais, que se articularam até a criação oficial do parque, em 1990, por meio do Decreto Estadual nº 7.300. A área protegida, com 2.342 hectares, está localizada no trecho paranaense da Serra do Mar e abrange os municípios de Morretes, Piraquara e Quatro Barras, na Área de Especial Interesse Turístico – Marumbi. A pesquisa fundamenta-se na teoria relacional de Claude Raffestin, que permite interpretar as relações de poder e os jogos estratégicos entre sujeitos com interesses distintos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa aplicada, exploratória e documental, com abordagem qualitativa. A coleta de dados baseou-se na análise documental, realizada em duas etapas: coleta e tratamento dos documentos históricos e posterior interpretação do conteúdo a partir da técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam três dimensões principais: os processos legais e administrativos de criação do parque; o papel desempenhado por atores sociais, políticos e ambientais; e os conflitos entre preservação ambiental e interesses econômicos no litoral paranaense. Conclui-se que a criação do PEPM foi fruto de uma complexa articulação de forças, na qual os discursos ambientais ganharam força frente às disputas pelo uso do território.

PALAVRAS-CHAVE: Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM); Análise documental; Atores sintagmáticos; Teoria relacional de Claude Raffestin; Conflitos socioambientais.

ABSTRACT: This article analyzes the creation process of the Pico do Marumbi State Park (PEPM), between the 1940s and 1990s, with emphasis on environmental struggles, legal processes, conflicts, and alliances among different political and social actors, which converged in the official establishment of the park in 1990 through State Decree nº 7,300. The protected area, covering 2,342 hectares, is located in the Paraná section of the Serra do Mar mountain range and includes the municipalities of Morretes, Piraquara, and Quatro Barras, within the Marumbi Area of Special Tourist Interest. The research is grounded in Claude Raffestin's relational theory, which supports the interpretation of power relations and strategic interactions among subjects with distinct interests. Methodologically, this is an applied, exploratory, and documentary study with a qualitative approach. Data collection was based on document analysis, conducted in two stages: collection and processing of historical documents, followed by interpretation using content analysis techniques. The results highlight three main dimensions: the legal and administrative processes surrounding the park's creation; the roles played by social, political, and environmental actors; and the conflicts between environmental preservation and economic interests along the coast of Paraná. It is concluded that the creation of PEPM resulted from a complex articulation of forces, in which environmental discourses gained strength amid territorial disputes.

KEYWORDS: Pico do Marumbi State Park (PEPM); Document analysis; Syntagmatic actors; Claude Raffestin's relational theory; Socio-environmental conflicts.

Introdução

O Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) representa um marco significativo na preservação ambiental do estado do Paraná. Criado como uma Unidade de Conservação de proteção integral, seu principal objetivo é proteger a rica biodiversidade da região. Inserido em um mosaico de unidades que protegem o litoral paranaense, o parque atua como um elo entre a Bacia Hidrográfica Litorânea e a Bacia do Iguaçu. Sua localização estratégica, com relevo montanhoso que varia de 100 a 1 500 metros, confere-lhe relevância não apenas ambiental, mas também científica, educacional e recreativa (IAT, 2024, não p.). Santos, Andrade e Oliveira (2025, p. 686) afirmam que “a montanha se ergue como um imponente testemunho da história”. Nesse contexto, evidencia-se que a relação entre o homem e a montanha é tão antiga quanto a própria existência humana.

A criação do PEPM resultou de um longo processo histórico, marcado por disputas políticas, sociais e ambientais. Embora a proposta de instituir um parque na Serra do Mar paranaense tenha ganhado visibilidade a partir da década de 1940, a preocupação com a preservação ambiental do Marumbi remonta à década de 1910. Já nesse período, surgem os primeiros sinais de valorização do patrimônio natural, impulsionados pela atuação de personagens-chave, que passaram a reconhecer como essencial e a defender a necessidade de proteção do complexo rochoso do Marumbi.

Desde então, a proposta ganhou gradualmente força, tornando-se pauta no debate político e ambiental ao longo das décadas seguintes (Alves, 2008). Essa relação histórica com o ambiente montanhoso também exigiu a construção de saberes específicos sobre o clima, os riscos e a geografia local, influenciando práticas culturais, modos de vida e tecnologias desenvolvidas por aqueles que habitavam ou frequentavam essas áreas (Santos; Andrade; Oliveira, 2025).

O presente artigo tem como objetivo geral analisar o processo de criação do PEPM, com ênfase no período de 1940 a 1990, considerando que, desde 1943, a proposta de criação da unidade de conservação passou a ganhar maior destaque no estado. A pesquisa busca compreender, nesse percurso histórico, as lutas ambientais, as disputas políticas e os trâmites legais que marcaram a consolidação do parque, revelando os interesses, tensões e articulações entre diferentes atores sociais e institucionais. Parte-se da hipótese de que a criação do PEPM foi resultado de um complexo processo de articulações políticas, sociais e ambientais, atravessado por disputas, negociações e conflitos entre os ideais de conservação e os interesses ligados ao uso dos recursos naturais. Essa dinâmica de tensões e alianças permite compreender o modo como a proteção do parque foi sendo construída ao longo do tempo.

A abordagem teórica adotada baseia-se na teoria relacional de Claude Raffestin, que ofereceram os fundamentos conceituais para a interpretação dos resultados da pesquisa. A ênfase recai sobre os conceitos de territorialidade e poder, considerados fundamentais para compreender as dinâmicas entre os atores e redes envolvidos na proteção ambiental.

O artigo está organizado em quatro seções principais: esta introdução; a fundamentação teórica, a metodologia, com o detalhamento do recorte temporal, da área de estudo e dos procedimentos adotados; a apresentação e discussão dos resultados; e, por fim, as considerações finais.

Fundamentação teórica

Atores, Redes e Conflitos: Revisitando a Teoria Relacional de Claude Raffestin sobre Territorialidade e Poder

Raffestin (1993) observa que o poder é muitas vezes mal compreendido, sendo necessário abordá-lo por aproximações sucessivas para captar sua ambiguidade, já que pode ser escrito com maiúscula ou minúscula. Quando grafado com maiúscula, o 'Poder' assume um caráter abrangente, associado a estruturas complexas que delimitam territórios, regulam a população e concentram o controle dos recursos, gerando inquietação diante da ameaça que representa (Raffestin, 1993).

Nessa perspectiva, Raffestin (1993) associa o 'Poder' ao Estado, que, sob a lógica de um poder econômico 'totalizante', impõe forças sobre grupos sociais e modos de produção do espaço, resultando na destruição da territorialidade, que reflete a multidimensionalidade do vivido coletivo (Souza, 2020). Como expressão desse 'Poder', o Estado exerce influência constante, moldando comportamentos e garantindo normas por meio de

instituições e mecanismos que mantêm controle social e político. Assim, o poder transforma a territorialidade ao impor novas regras e redefinir espaços (Raffestin, 1993).

Por outro lado, o 'poder', em minúscula, se manifesta nas relações humanas, como processo de troca e comunicação que estrutura um campo (Raffestin, 1993). Souza (2020) observa que o poder oculta, mas não nega o trabalho, apontando sua natureza ativa no processo analítico. Raffestin (1993, p. 52) complementa que o poder, "[...] nome comum, se esconde atrás do Poder, em nome próprio [...]. A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o 'Poder' e o 'poder'", em outros termos o autor argumenta que existe uma ambiguidade na noção de poder, já que ele pode ser apresentado tanto de forma generalizada quanto como uma entidade específica e centralizada.

O poder é o princípio organizador das relações sociais, moldando interações e posicionamentos. Ele é multifacetado, surgindo de intenções, estratégias e resistências, o que evidencia desigualdades (Raffestin, 1993). Ainda de acordo com o autor, as relações de poder, conforme indicam as abordagens relacionais, não ocorrem de forma homogênea, podem assumir configurações simétricas, com benefícios mútuos, ou assimétricas, gerando custos ou vantagens desiguais entre os envolvidos. Essa instabilidade reforça a ideia de que o poder é dinâmico e está sempre implicado em processos de transformação social.

As ações dos indivíduos nesse campo são orientadas por intenções e regras previamente estabelecidas (Correia, 2021). As relações humanas exercem um papel central ao se materializarem em transformações concretas da realidade (Souza, 2020). O poder, por sua vez, não está limitado às estruturas organizacionais formais, mas também se configura nas interações entre os sujeitos (Correia, 2021).

Correia (2021), interpretando Raffestin (1993), afirma que toda organização possui objetivos que formam um campo de estratégias, baseadas na manipulação de fluxos de energia e informação. Organizações simples têm metas únicas, enquanto as complexas buscam múltiplos resultados. As relações sociais revelam as dinâmicas do poder político e espacial, mediadas por códigos que articulam dimensões econômicas e sociais. Nesse processo, espaço e tempo devem ser considerados como recursos estratégicos, sendo o poder intrínseco a todas as relações (Correia, 2021).

Existem dinâmicas de resistência e controle nas estruturas de poder e de apropriação territorial. Raffestin (1993) enfatiza, nesse sentido, ser relevante diferenciar espaço e território. Para ele, o espaço é anterior ao território, e o território se forma a partir do espaço, nas ações dos atores sociais (Moura; Moreira, 2014).

Isso posto e no contexto dos atores sociais, é relevante distinguir entre aqueles que atuam de forma planejada e os que se inserem de maneira mais espontânea. Os atores sintagmáticos são aqueles que operam dentro de um processo estruturado e contínuo, com ações articuladas e coordenadas. Em termos de exemplos incluem-se partidos políticos, empresas, igrejas e o Estado. Esses atores mobilizam recursos e estratégias

para alcançar objetivos específicos, como o Estado ao implementar uma reforma ou uma empresa ao executar um plano de produção.

Por outro lado, os atores paradigmáticos não atuam dentro de um processo planejado. Eles são definidos por características comuns que agrupam indivíduos, como a população de um país. Diferente dos sintagmáticos, esses atores não participam de ações coordenadas, embora compartilhem condições ou espaços semelhantes. Em certos contextos, como revoltas ou movimentos sociais, parte dessa população pode se organizar e passar a atuar como ator sintagmático. Assim, a população é considerada um “trunfo” – um recurso que atores sintagmáticos, como o Estado ou empresas, procuram mobilizar ou incorporar aos seus processos (Raffestin, 1993).

Ferreira (2017), a partir de Raffestin (1993), afirma que o território é o espaço onde o poder se exerce caracterizado pelo controle e pela dominação. Deve ser analisado em contextos sócio-históricos e espaço-temporais, estando ligado ao Estado e delimitado por fronteiras, que definem o alcance de seu poder. Assim, “o território é o lugar no espaço onde se configura o poder” e onde se desenvolvem diferentes culturas, sistemas políticos, crenças, hábitos e temporalidades (Ferreira, 2017, p. 107).

Raffestin (1993) reforça que projetos espaciais dependem de conhecimento e prática mediados por sistemas sêmicos – códigos e símbolos que tornam o espaço compreensível. Souza (2020, p. 133) complementa que isso evidencia a “teoria do território e da territorialidade”, na qual os limites do espaço correspondem aos limites do sistema semântico que o representa. Esses sistemas sêmicos moldam a representação do espaço, refletindo as condições sociais, econômicas e produtivas que o permeiam. A representação do espaço, portanto, é condicionada pelas utilidades sociais e pelas relações de poder que configuram o contexto territorial.

Dessa forma, a construção do território decorre das interações entre atores e suas práticas, mas também de estratégias concorrenciais apoiadas em aspectos históricos, culturais e experiências sociais. Ao longo da história, os sistemas de projeção de espaços foram moldados por diferentes poderes e formas de comunicação, configurando territórios como sistemas informacionais especializados (Raffestin, 1993).

O território, contudo, é dinâmico: ao longo do tempo, transformações históricas e sociais modificaram sua configuração, tornando muitas vezes impossível reconhecer a paisagem original (Raffestin, 2005). Há sempre uma diferença entre o território projetado e o real, pois as imagens criadas refletem múltiplas visões de atores distintos, resultando em dinâmicas complexas de poder (Raffestin, 1993).

A lógica do poder no território envolve a possibilidade de dividir a superfície em malhas, conectá-la por caminhos e organizá-la em redes. Embora essa lógica nem sempre seja explicitamente formulada, ela emerge das ações dos atores no espaço. Essa geometrização, porém, não é fixa, mas representada de acordo com práticas e condições históricas (Raffestin, 1993).

Nesse processo, indivíduos ou grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem segundo modelos aleatórios, regulares ou concentrados, como formas de lidar com essas distâncias. Essas interações resultam em sistemas de malhas, nós e redes, que estruturam e hierarquizam os territórios conforme a importância das ações sociais (Raffestin, 1993). Tais sistemas de tessitura territorial garantem controle, distribuição e integração. Como sintetiza Souza (2020, p. 237), “todo e qualquer sistema territorial é composto por três elementos fundamentais, que são o ponto, a linha e a superfície.”

Raffestin (1993, p. 152-153) complementa que, “em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’”, sempre combinando energia, informação e estratégias que se confrontam em relações de poder. Correia (2021) reforça que o poder é consubstancial às interações sociais, expresso nas intenções políticas e nos códigos que definem a problemática relacional.

A territorialidade, nesse sentido, não é apenas demarcação física, mas envolve práticas sociais, políticas e culturais que moldam o uso e o controle do espaço. “A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade” (Raffestin, 1993, p. 159). Toda relação social é marcada pelo poder, inevitável e não inocente, que transforma atores e suas interações.

Correia (2021) observa que Raffestin insere a territorialidade em uma perspectiva relacional e política, permitindo compreender tanto a sintonia quanto a desarmonia dos atores com o Estado. Esse campo de ação é sustentado pelos princípios do querer existir, saber existir e poder existir. Assim, ela se manifesta como um sistema tridimensional – sociedade, espaço e tempo – que busca a maior autonomia possível dentro dos recursos disponíveis. Expressa-se pelo indivíduo em coletividade, pela relação com forma e conteúdo mediada por códigos e práticas, e pela exterioridade – compreendida tanto como um lugar concreto quanto como um espaço simbólico, institucional, político ou cultural (Raffestin, 1993).

Cada sistema territorial condiciona seu uso e transformação, criando proximidades, acessos e separações. Redes, conexões e estruturas territoriais organizam tanto a integração quanto a segregação dos indivíduos e grupos. Assim, cada sociedade vive sua própria territorialidade, “a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (Raffestin, 1993), fundamental para compreender identidades sociais. Nesse sentido, a identidade coletiva depende de uma visão imaginária partilhada, ancorada no espaço. A territorialidade, portanto, envolve dinâmicas sociais, históricas e culturais, expressas nas práticas espaciais e nas estratégias de atores. Como reforçam Moura e Moreira (2014), o território resulta da integração de atividades, recursos e pessoas, rompendo com dicotomias como urbano/rural e agrícola/industrial.

Material e Métodos

Caracterização da área de estudo

O Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) foi criado pelo Decreto Estadual nº 7.300, de 24 de setembro de 1990, com área inicial de 2.342 hectares. Engloba porções do território físico dos municípios de Morretes, Piraquara e Quatro Barras, embora seu acesso se dê exclusivamente por Morretes. Suas coordenadas geográficas são 25°44'54,7" S e 48°57'13,2" W (Figura 1).

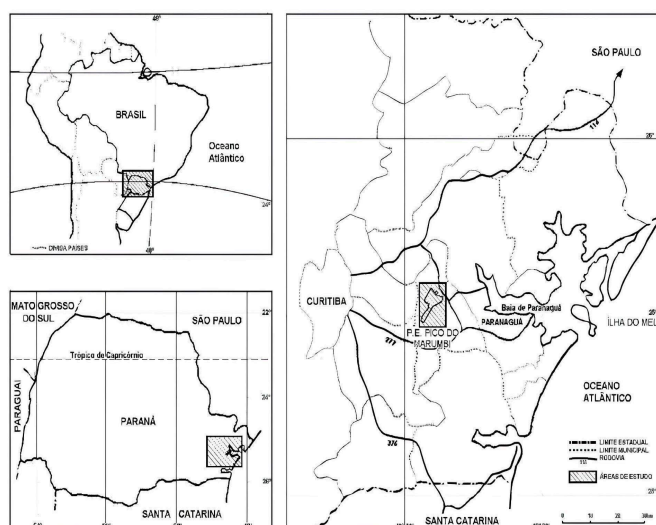


Figura 1: Delimitação do PEPM.

Figure 1: Delimitation of the PEPM.

Fonte: Kozera et al. (2008, p. 325).

Source: Kozera et al. (2008, p. 325).

O parque faz divisa com outras unidades de conservação, como a Área de Proteção Ambiental Estadual do Piraquara à Sudoeste, o Parque Estadual da Serra da Baitaca ao Leste e o Parque Estadual da Graciosa ao Norte. Além disso, está sobreposto à Área de Especial Interesse Turístico do Marumbi, região conhecida por sua elevada biodiversidade, ecossistemas bem preservados e presença de comunidades tradicionais (IAT, 2024, não p.).

Recorte temporal

A pesquisa abrange o período entre as décadas de 1940 e 1990, fase crucial para a criação do PEPM. Este intervalo é particularmente relevante, pois marca o amadurecimento da proposta de criação do parque, que começou a ser discutida a partir de 1943, quando a questão ambiental no cenário político começou a ganhar destaque no Paraná.

Desde a década de 1940, especialmente após 1943, o PEPM foi reconhecido como uma necessidade para a preservação ambiental da região. O debate sobre o manejo do território e a proteção da biodiversidade

se intensificou, refletindo as primeiras discussões sobre conservação no Brasil. O parque passou a ser visto como uma proposta para equilibrar os interesses econômicos ligados à exploração de recursos naturais com as necessidades de preservação da natureza.

Entre as décadas de 1950 e 1970, as disputas políticas e sociais em torno da criação do parque se intensificaram. Movimentos sociais e grupos ambientais pressionaram o governo, destacando a importância de preservar a biodiversidade local. Nesse período, o tema ganhou relevância na agenda política do estado, enquanto a legislação sobre unidades de conservação se consolidava. Na década de 1980, o processo de criação do PEPM se concretizou, com o reconhecimento oficial da necessidade de proteção integral da área, culminando na sua oficialização em 1990.

Métodos e Ferramentas da Pesquisa

A abordagem adotada foi qualitativa. Conforme Godoy (1995), essa perspectiva considera que o fenômeno deve ser compreendido em seu contexto, por meio da interpretação dos significados atribuídos pelos envolvidos, a partir de diversos tipos de dados.

O método adotado foi o de pesquisa documental, que, conforme Lakatos e Marconi (2003) diferencia-se da pesquisa bibliográfica pela natureza das fontes. Enquanto esta se baseia em materiais já publicados e analisados, a pesquisa documental utiliza documentos como fontes primárias, escritos ou não, elaborados no momento dos fatos ou posteriormente.

Para a coleta de dados, utilizou-se o comentário de documento, entendido, segundo Létourneau (2011), como a formulação estruturada de uma interpretação baseada em uma fonte escrita. Esse processo envolve a contextualização, análise e explicação do conteúdo documental, guiado por questões previamente definidas. Esse método exige atenção crítica, conhecimento sobre o contexto de produção do documento e capacidade de articulação e imaginação analítica.

Segundo o autor, sua aplicação pressupõe uma preparação prévia, que envolve a crítica de autenticidade, a leitura atenta e a documentação. A crítica busca validar o material por meio de exame rigoroso, enquanto a leitura detalhada identifica elementos relevantes – como personagens, lugares e nuances de linguagem – que podem influenciar a interpretação final (Létourneau, 2011).

Concluído esse processo interpretativo, foi realizada a análise de conteúdo (AC), considerada a abordagem mais adequada para esta pesquisa. Segundo Bardin (1977), a AC é um conjunto de instrumentos metodológicos que permite explorar tanto os significados explícitos quanto os implícitos nas mensagens, combinando rigor analítico e sensibilidade interpretativa.

Sua aplicação se justifica por conta do grande volume de material produzido e, conseqüentemente, das informações a serem tratadas, e pela necessidade de aprofundar a compreensão das comunicações. A extração de categorias de análise, gerada pela AC, funciona como etapa final do comentário documental. Como destaca Gil (2002, p. 89), a AC possibilita

analisar tanto os significados explícitos quanto os implícitos presentes em uma comunicação, ou seja, tanto o que está visível na mensagem quanto o que está oculto, como valores, intenções e significados subentendidos. Por fim, a AC foi integrada ao comentário de documentos como etapa conclusiva, permitindo a extração de categorias analíticas e a interpretação dos dados de forma mais ampla e estruturada.

Resultados e Discussão

A análise de conteúdo dos documentos históricos, jornais, registros oficiais e materiais institucionais possibilitou identificar três categorias principais, que estruturam a apresentação dos resultados desta pesquisa. Essas categorias organizam o capítulo de forma sistemática e permitem compreender a trajetória do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) e os processos socioambientais que marcaram sua consolidação.

As categorias são:

- **Processos Legais e Administrativos:** a trajetória da criação e consolidação da proteção integral do PEPM, que discute a formalização jurídica do parque, os instrumentos legais e normativos que definiram sua proteção e a consolidação do patrimônio natural e cultural do litoral paranaense;

- **Atores Sociais, Políticos e Ambientais:** influências e estratégias na criação do parque, voltada à análise das mobilizações sociais, das articulações institucionais e da participação de diferentes grupos na proposição, implementação e defesa da unidade de conservação;

- **Conflitos e Tensões:** o desafio entre preservação ambiental e interesses econômicos no litoral paranaense, que aborda os embates entre conservação e exploração, destacando disputas territoriais e estratégias de negociação entre atores distintos.

Essas categorias de análise revelam a complexa rede de relações que moldou o território em questão e dialogam diretamente com a teoria relacional de Claude Raffestin (1993), que entende o território como resultado dinâmico das interações sociais, políticas e econômicas, mediadas pelo poder e pela territorialidade. A partir desse referencial, a análise proposta articula dimensões históricas, jurídicas, sociais e ambientais do PEPM, evidenciando os desafios da proteção em contextos marcados por interesses múltiplos e pela atuação de diferentes atores.

Processos Legais e Administrativos: A Trajetória da Criação e Consolidação da Proteção Integral do PEPM

O Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) foi criado por meio do Decreto Estadual nº 7.300, de 24 de setembro de 1990, com área inicial de 2.342 hectares (Figura 2).

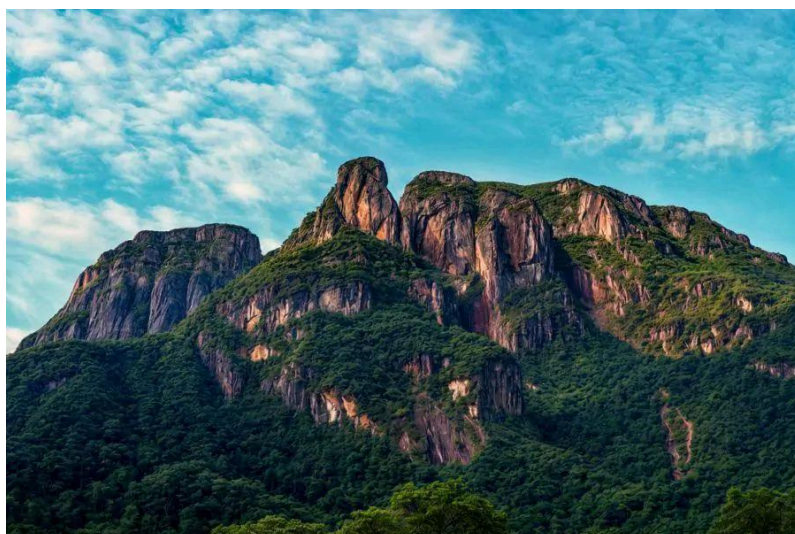


Figura 2: Parque Estadual Pico do Marumbi – Berço do Montanhismo Esportivo Brasileiro.

Figure 2: Pico do Marumbi State Park – Cradle of Brazilian Sport Climbing.

Fonte: Sobre Montanhas. Parque Estadual Pico do Marumbi (2024).

Source: About Mountains. Pico do Marumbi State Park (2024).

De acordo com o Instituto Água e Terra (IAT, 2024, não p.), o parque se localiza “na região quase central de um mosaico de Unidades de Conservação que protegem o Litoral do Paraná como um todo”. Ainda segundo o órgão:

[...] serra que exerce papel fundamental na geomorfologia paranaense, constituindo o divisor assimétrico e marginal que separa a região litorânea dos planaltos. É zona de interflúvios entre a Bacia Hidrográfica Litorânea e a Bacia do Iguaçu e suas elevações se aproximam de 1500 m de altura, mas de maneira geral, eleva-se de 100 a 1000 metros. (IAT, 2024, não p.).

No imaginário local, os primeiros habitantes de Morretes acreditavam que a montanha do Marumbi era “um vulcão passivo, místico e poderoso, pois muitas vezes ‘soltava fumaça’ de seu topo. Também diziam que em seu cume havia uma linda lagoa dourada”, e que seu nome originário, batizado pelos indígenas, era Guarumby, que em tupi significa “Montanha Azul” (IAT, 2024, não p.). Santos, Andrade e Oliveira (2025, p. 686) afirmam que “ao longo dos séculos, a relação entre o homem e a montanha evoluiu. A busca por novos desafios e a conquista de cumes cada vez mais altos impulsionaram o surgimento do montanhismo como atividade de esporte e lazer”.

A partir do século XIX, com a chegada de imigrantes europeus, o local passou a ser explorado para práticas esportivas ao ar livre, principalmente a escalada em montanhas. Com o tempo, o montanhismo passou a ser compreendido sob uma perspectiva que integra aspectos sociais e

ambientais, buscando equilibrar a prática da aventura com o respeito e a conservação da natureza (Santos; Andrade; Oliveira, 2025, p. 686). Em 1879, Joaquim Olimpo Carmeliano de Miranda foi o primeiro a atingir o cume do Marumbi, ato que marcou o início do montanhismo esportivo no Brasil. Desde então, o local é considerado o berço do montanhismo no país, atraindo milhares de praticantes da atividade, que ficou conhecida como Marumbinismo (IAT, 2024 não p.).

Fisicamente, o PEPM limita-se com a APA Estadual do Piraquara, o Parque Estadual da Serra da Baitaca e o Parque Estadual da Graciosa. Está sobreposto à Área de Especial Interesse Turístico do Marumbi (AEIT), abrangendo territórios dos municípios já citados, com acesso principal por Morretes.

O parque está inserido no bioma Mata Atlântica e protege um relevante patrimônio natural, histórico e cultural. Seus ecossistemas variam conforme a altitude: Floresta Ombrófila Densa Submontana (50-500m), Montana (500-1.200m) e Altomontana (1.200 -- 1.400m). Situado na porção leste do Paraná, apresenta altitudes superiores a 1.500m, com formações geológicas entre 500 milhões e 1,5 bilhão de anos. Devido a diversidade ecológica, tem sido objeto de pesquisas voltadas à gestão ambiental, aos recursos hídricos, aos solos, à fauna e à flora e a sua diversidade ecológica (IAT, 2024).

Quanto ao nome 'Pico', "foi incluído no nome do parque para evitar confusões com a AEIT" (Alves, 2008, p. 463). Isso porque Marumbi se refere a um conjunto de picos que integra a Serra do Mar – e não a uma serra independente, como anteriormente se considerava.

A ideia de criação de um parque no trecho paranaense da Serra do Mar ganhou força a partir da década de 1940, sendo mencionada formalmente em 1943. Contudo, mesmo antes desse período, já se observava interesse crescente pela preservação ambiental do complexo do Marumbi, impulsionado por uma valorização simbólica e paisagística da área.

O então presidente do Círculo de Marumbinistas de Curitiba (CMC), Sergio D'Albuquerque, inspirado pela recente criação dos primeiros parques nacionais brasileiros – como o de Itatiaia (1937), o do Iguaçu (1939) e o da Serra dos Órgãos (1939) –, passou a articular, a partir de 1943, a criação de um parque na Serra do Mar (Alves, 2008). Anos depois, em 1953, Fernando Veiga Ribeiro reforçou essa mobilização ao publicar o artigo O Poder Público e o Turismo no Paraná, no qual alertava as autoridades sobre a necessidade de criação de parques estaduais (Alves, 2008).

O primeiro projeto de lei para o Parque Nacional do Marumbi foi apresentado em 1956 pelo deputado Antônio Chalbaud Biscaia, com proposta de 30.000 hectares. No entanto, após sucessivos adiamentos, foi retirado da pauta em 1958 (Alves, 2008). Na década de 1970, João José Bigarella fundou a Associação de Defesa e Educação Ambiental (ADEA), reunindo cientistas e estudiosos que defendiam o tombamento da Serra do Mar como forma de garantir sua proteção ambiental e viabilizar a criação do Parque do Marumbi. Essa mobilização ganhou novo fôlego em 1978, com a coordenação de Roberto Ribas Lange no Movimento Pró-Implantação do

Parque do Marumbi, apoiado por montanhistas, técnicos do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) e políticos (Alves, 2008).

Em 1983, foram assinados dois decretos propondo a criação dos Parques Estaduais Marumbi I e II. Esses parques abrangeriam terras dos municípios de Antonina, Morretes, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Piraquara e São José dos Pinhais, totalizando 70.000 hectares. A área proposta incluía as serras da Graciosa (ou Farinha Seca), do Marumbi, dos Órgãos e do Capivari, abrangendo suas vertentes oriental e ocidental – litoral e planalto (Alves, 2008).

Estudos realizados pelo ITCF identificaram ocupações, benfeitorias e áreas devolutas (terras sem registro de propriedade ou abandonadas) dentro do perímetro proposto, subsidiando os processos de desapropriação. Com base nesses dados, definiu-se em 1981 um novo perímetro, reduzido para 66.732 hectares. No entanto, em 1983, concluiu-se pela inviabilidade da proposta, devido ao alto custo das desapropriações, às limitações de uso da terra e às grandes dimensões da área, com implicações políticas, sociais, econômicas e administrativas (Alves, 2008).

Diante disso, em 1984, foi regulamentada a Área Especial de Interesse Turístico (AEIT), garantindo a conservação da região sem a necessidade de desapropriações. A AEIT foi criada pela Lei nº 7.919, de 22 de outubro de 1984, e pelo Decreto nº 5.308, de 18 de abril de 1985 (Savi, 2008), com 66.733 hectares, mantendo o perímetro do Projeto Marumbi I de 1980 (Carneiro, 2007). A AEIT abrange partes dos municípios de Morretes (36,35%), Antonina (33,14%), Campina Grande do Sul (18,70%), Piraquara (6,15%), Quatro Barras (4,11%) e São José dos Pinhais (1,55%), sendo que os três primeiros concentram 88% da área total (Savi, 2008).

Em paralelo à criação da AEIT, o ITCF instituiu uma Comissão Especial, com apoio de parlamentares, para elaborar estudos e propor normativas (Alves, 2008). Em 1986, o tombamento da Serra do Mar foi aprovado com apoio unânime do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, liderado por Roberto Ribas Lange. O tombamento abrange cerca de 376.000 hectares, “iniciando-se no cruzamento da Rodovia Garuva – Cubatão, na divisa dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, incluindo áreas dos municípios de Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba” (IAP, 2006, não p.).

A proposta final, articulada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), sucessor do ITCF, delimitou o Parque Estadual Pico do Marumbi em 2.342 hectares, abrangendo a Serra do Marumbi e sua extensão sudoeste. O PEPM foi oficialmente criado pelo Decreto Estadual nº 7.300, de 24 de setembro de 1990, dentro dos limites da AEIT. Posteriormente, sua área foi ampliada pelo Decreto nº 1.531, de 2 de outubro de 2007 (Alves, 2008).

Nos anos seguintes, outras Unidades de Conservação (UCs) foram instituídas na região, compondo um mosaico de proteção interligado por trilhas históricas como os Caminhos da Graciosa, do Arraial e do Itupava. Com base nos estudos e na delimitação da AEIT, o governo estadual criou um conjunto de pequenos parques no interior dessa área, conhecidos como Parque Marumbi I. Entre eles destacam-se o Parque Estadual Pico do Marumbi, o Parque Estadual da Graciosa, o Parque Estadual do Pau-Ôco e

o Parque Estadual Roberto Ribas Lange, totalizando pouco mais de 12.000 hectares (Savi, 2008). Além disso, integram o mosaico a Área de Proteção Ambiental (APA) Federal de Guaraqueçaba, as APAs Estaduais de Piraquara, do Rio Pequeno e de Guaratuba, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Morro da Mina e o Parque Estadual Pico Paraná (Savi, 2008).

Assim, a criação do Parque Estadual Pico do Marumbi representou o resultado de um longo processo de proposições legislativas, estudos técnicos, mobilizações sociais e medidas administrativas que, ao longo de quase cinco décadas, consolidaram a proteção integral de uma das áreas mais emblemáticas da Serra do Mar paranaense.

A criação e delimitação do PEPM podem ser compreendidas à luz do conceito de território como construção contínua e dinâmica, moldada pelas ações humanas cotidianas. Esse processo evidencia a transformação territorial mediada pela ação do Estado e de diversos atores sociais, que mobilizaram o espaço tanto para a conservação ambiental quanto para o controle das práticas de uso do solo (Raffestin, 2005).

Nessa perspectiva, como observa Raffestin (1993), é necessário distinguir entre o 'Poder' – exercido pelo Estado na normatização e institucionalização da preservação – e o 'poder', manifestado nas relações cotidianas. Enquanto o primeiro se materializou nos decretos, leis e instrumentos jurídicos que garantiram a criação do parque, o segundo se expressou na atuação de montanhistas, ambientalistas, cientistas e políticos, cujas ações de resistência, cooperação e mobilização foram decisivas para a conformação da unidade de conservação.

A criação do PEPM, portanto, não pode ser vista apenas como um ato administrativo, mas como resultado de um processo de negociação e mediação de interesses, que culminou em uma divisão territorial. Essa divisão, embora restritiva em termos de uso, assegurou a conservação ambiental da região, configurando o território como produto das interações entre atores sociais e da ação estatal (Raffestin, 1993).

Esse processo se articula ainda com o que Raffestin (1993) denomina territorialidade: a dimensão vivida e simbólica que emerge das práticas sociais. No caso do PEPM, desde as décadas de 1940 e 1950, a valorização do meio ambiente impulsionou uma visão da Serra do Mar como território a ser preservado, mas também como espaço de turismo e lazer. Essa dinâmica envolveu, simultaneamente, regulamentações legais e engajamento da sociedade civil, cuja participação foi decisiva para a consolidação do parque (Correia, 2021).

Atores Sociais, Políticos e Ambientais: Influências e Estratégias na Criação do Parque

A discussão sobre a criação de um parque na Serra do Mar paranaense remonta a 1943, quando Sérgio D'Albuquerque, então presidente do Círculo de Marumbinistas de Curitiba (CMC), propôs a ideia inspirado pelas experiências bem-sucedidas de parques nacionais no Brasil. Essa iniciativa representou o início de um longo percurso de mobilizações e

proposições envolvendo diferentes dimensões técnicas, científicas e produtivas, articuladas em torno da necessidade de preservação ambiental na região.

A seguir, apresenta-se um quadro-síntese com os principais atores envolvidos, suas atuações e formas de mobilização no processo de criação do Parque (Quadro 1):

Quadro 1: Principais atores, atuações e estratégias no processo de criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM).

Frame 1: Main actors, actions, and strategies in the creation process of the Pico do Marumbi State Park (PEPM).

Ator	Em que atuou	Como atuou
Sérgio D’Albuquerque (presidente do CMC, marumbinista)	Primeira proposta de criação do parque (1943)	Mobilizou os marumbinistas, inspirado em modelos de parques nacionais
Fernando Veiga Ribeiro (jornalista, intelectual)	Debate sobre criação de parques (1953)	Publicou artigo “O Poder Público e o Turismo no Paraná”, sensibilizando autoridades
Deputado Antônio Chalbaud Biscaia (parlamentar estadual)	Projeto de lei do Parque Nacional do Marumbi (1956)	Propôs área de 30 mil ha; projeto enfrentou adiamentos até ser retirado
Luiz E. Bigarella (geólogo, professor da UFPR, fundador da ADEA)	Defesa do tombamento da Serra e criação do parque (anos 1970–80)	Liderou mobilização científica, fez denúncias públicas e articulação política
Riad Salamuni (geólogo, professor da UFPR)	Defesa da preservação	Alertou sobre impactos do desmatamento e riscos de deslizamentos
Roberto Ribas Lange (engenheiro agrônomo, ambientalista)	Coordenação do Movimento Pró-Parque (1978)	Liderou mobilizações, congressos e articulação com ITCF e políticos
Família Garbers (proprietários rurais, imigrantes alemães)	Conservação privada (1950–80)	Preservaram mata nativa em propriedade particular, sem apoio estatal
Rudolf Stamm, Reinhard Maack (geógrafo), Jurandir Garçon (curador do Patrimônio), José Bigarella (geólogo)	Tombamento da Serra do Mar (anos 1980)	Propostas institucionais, defesa cultural e ambiental
Gerdt G. Hatschbach (botânico, fundador)	Proposta de zonificação	Defendeu combinação entre Parque Nacional e Floresta Nacional

do Museu Botânico Municipal)		
Felipe Diapp (engenheiro agrônomo do ITC)	Alternativas de implementação	Estudos técnicos e alerta sobre inviabilidade financeira das desapropriações

Continua...

...continuação.

Ator	Em que atuou	Como atuou
Claus Magno Germer (secretário da Agricultura do PR)	Zoneamento agrícola (anos 1980)	Proposta de compatibilizar uso agrícola e conservação
João Luiz da Veiga Netto (advogado)	Defesa jurídica da criação do parque	Associação entre proteção ambiental e reforma agrária.
Governos estaduais (Jaime Canet Jr., José Richa)	Criação de AEIT e decretos de desapropriação	Formulação de políticas, decretos e pequenos parques estaduais
Montanhistas e marumbinistas (CMC, praticantes de montanhismo)	Mobilização inicial (décadas 1940–50)	Defesa cultural e ambiental, sensibilização por meio do esporte
Cientistas e técnicos (Luiz Edson Fachin, Lineu Ratton, João B. Cabral Jr., etc.)	Consolidação da agenda ambiental	Estudos técnicos, denúncias contra o IBDF, apoio a zoneamento
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF (órgão federal)	Entraves à criação do parque	Autorizou desmatamentos em áreas sensíveis e resistiu a políticas de conservação

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alves (2008), Carneiro (2007), jornais e documentos históricos (2025).

Source: Prepared by the author based on Alves (2008), Carneiro (2007), newspapers, and historical documents (2025).

Após a sistematização dos principais atores e estratégias, observa-se que o processo de criação do Parque Estadual Pico do Marumbi envolveu uma pluralidade de forças sociais, científicas e políticas, em diferentes momentos e com distintas formas de engajamento.

Durante o processo de criação do Parque Estadual Pico do Marumbi, a articulação entre diferentes tipos de atores foi determinante. Destacam-se, nesse contexto, as contribuições dos chamados atores sintagmáticos, como João José Bigarella (ADEA), Gert Hatschbach e Roberto Ribas Lange, cujas ações estavam articuladas e voltadas a objetivos comuns de preservação ambiental. Esses atores desempenharam papel ativo na mobilização da sociedade e na interlocução com o poder público, por meio de estratégias

coordenadas que visavam à consolidação de um programa territorial de conservação (Raffestin, 1993 apud Moura e Moreira, 2014).

Nesse mesmo período, outros especialistas também se engajaram na defesa da criação do Parque, como Roberto Lange e o então presidente do Instituto de Terras e Cartografia (ITC), João Bonifácio Cabral Júnior, que destacaram a necessidade de conter a exploração predatória da região. Para eles, a preservação deveria ser orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, com ênfase no ecoturismo como alternativa de geração de renda para as populações locais, especialmente nos municípios de Antonina e Morretes (Gazeta do Povo, 1983).

Entre os atores com maior protagonismo, ressalta-se ainda a atuação de João José Bigarella, que denunciava as práticas agrícolas irresponsáveis, como a roçada, associando-as ao desequilíbrio ecológico, ao agravamento das secas e às alterações microclimáticas. Para Bigarella, a defesa da Serra deveria estar vinculada à educação e à ciência como estratégias de mobilização social e de promoção de alternativas sustentáveis (Gazeta do Povo, 2007).

Paralelamente, a escassez de recursos financeiros, às pressões políticas e a necessidade de respostas imediatas exigiram a mobilização de atores paradigmáticos – aqueles que, embora não integrassem inicialmente o processo de forma articulada, foram incorporados posteriormente, como representantes da população local e parlamentares com agendas diversas. Ainda que compartilhassem o interesse pela proteção da Serra, esses atores não atuavam de maneira coordenada desde o início, revelando a complexidade das disputas e alianças que marcaram a trajetória da criação do Parque.

O esforço para conciliar essas distintas forças – provenientes da sociedade civil, da comunidade científica e do governo – evidencia a sobreposição de relações de poder e disputas territoriais que, de maneira contínua e dinâmica, permeiam a gestão da Serra do Mar. Como aponta Raffestin (1993), o território só pode ser compreendido a partir das múltiplas camadas de representação e das disputas que o conformam, sendo resultado das interações e negociações entre diferentes atores que exercem poder sobre o espaço.

Nessa perspectiva, a criação do Parque Marumbi ilustra a coexistência entre o 'Poder', exercido pelo Estado na normatização e institucionalização da preservação, e o 'poder', manifestado nas práticas cotidianas de atores locais, cientistas e montanhistas. Enquanto o 'Poder' estatal impôs marcos legais e definiu limites territoriais, o 'poder' relacional se expressou nas mobilizações sociais, nos discursos científicos e nas práticas de resistência diante da exploração predatória. Essa distinção entre 'Poder' e 'poder' foi proposta por Raffestin (1993) e posteriormente discutida e aprofundada por Souza (2020), ao destacar a natureza ativa e relacional dessas práticas sociais.

Apesar da luta pela criação do Parque Marumbi ter se expandido ao longo das décadas, seus fundamentos históricos residem nas ações dos marumbinistas e montanhistas. Na década de 1940, o Círculo de Marumbinistas de Curitiba (CMC), sob a liderança de Sergio D'Albuquerque,

lançou as bases para a proposta de criação da unidade de conservação, sensibilizando a opinião pública e as autoridades quanto à importância ecológica e cultural da Serra do Mar.

Movidos por sua relação afetiva com a montanha, esses pioneiros foram os primeiros a reconhecer a necessidade de proteger o patrimônio natural da região, mesmo antes da consolidação do conceito de preservação ambiental no debate político nacional. Esse movimento evidencia a dimensão simbólica da territorialidade, compreendida não apenas como delimitação física, mas como prática social e cultural enraizada no “vivido” coletivo (Raffestin, 1993).

Após o tombamento da Serra do Mar e a criação do Parque, os marumbinistas — protagonistas das fases iniciais do movimento — passaram a atuar de forma mais discreta, perdendo progressivamente o protagonismo para cientistas, geógrafos e agentes políticos. Com um discurso mais técnico e institucionalizado, voltado à conservação ecológica e ao ecoturismo, esses novos atores deram continuidade à luta pela proteção da região, agora integrada a uma rede mais ampla e complexa. Esse deslocamento de protagonismo confirma a leitura de Raffestin (1993) de que o território é produto de múltiplos códigos, disputas e estratégias concorrenciais, sendo constantemente reconfigurado. Como destaca Ferreira (2017), o território é uma construção histórico-social em permanente transformação, atravessado por relações de poder e mudanças em seus limites simbólicos e materiais.

Conflitos e Tensões: O Desafio entre Preservação Ambiental e Interesses Econômicos no Litoral Paranaense

A luta pela criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) insere-se em uma trajetória histórica marcada por disputas de uso e concepções distintas sobre o território. Os registros indicam que a ideia de criação de um parque no trecho paranaense da Serra do Mar remonta a 1943, a partir da atuação de Sérgio D’Albuquerque, então presidente do Clube de Montanhismo de Curitiba (CMC), influenciado pelas experiências de implantação de parques nacionais em outras regiões do Brasil (Alves, 2008).

Cerca de uma década depois, em 1953, foi publicado o artigo “O Poder Público e o Turismo no Paraná”, no qual se pleiteava, por meio da imprensa, a criação de parques estaduais, com destaque para a região do Marumbi. O texto, veiculado no ano do centenário da emancipação política do Paraná, alertava para a necessidade de uma política pública voltada à proteção dos espaços naturais do estado (Alves, 2008).

Paralelamente, o movimento em defesa da Serra do Mar ganhava visibilidade nacional, sobretudo após o I Congresso Florestal Brasileiro, ocasião em que se registrou a primeira manifestação formal em favor da proteção da região. A proposta repercutiu na imprensa e em debates legislativos, pressionando os poderes públicos por medidas concretas (Jornal, 1972). Em 1961, o Decreto nº 50.813 declarou como “protetoras” as florestas da encosta atlântica da Serra do Mar, ainda que tal reconhecimento

não tenha implicado, na prática, em mecanismos de proteção efetiva (Estado do Paraná, 1974).

Durante a década de 1970, o desmatamento na Serra do Mar intensificou-se de forma alarmante, com a devastação da vegetação nativa da Mata Atlântica afetando diretamente o equilíbrio climático regional. A destruição da cobertura vegetal foi associada a impactos diretos no clima de Curitiba, o que fortaleceu o argumento de que a criação do Parque Nacional do Marumbi constituía não apenas uma ação estética, mas uma necessidade prática e urgente de mitigação de riscos ambientais (Jornal, 1972).

Ao longo da rodovia Curitiba–Paranaguá, os impactos do desmatamento revelavam-se ainda mais críticos, com deslizamentos de terra recorrentes. Apesar de a Serra do Mar integrar um dos principais remanescentes florestais do país, os projetos de criação de unidades de conservação enfrentaram resistência de setores políticos e econômicos voltados ao lucro imediato (Voz do Paraná, 1975).

A questão ambiental passou, então, a ser associada à segurança nacional, dada a gravidade dos impactos ecológicos e sociais resultantes da inação estatal (Estado do Paraná, 1974). Em 1975, diversas instituições e pesquisadores intensificaram as pressões pela implementação do parque, ressaltando sua relevância para a proteção da biodiversidade, o controle da erosão e a segurança hídrica de centros urbanos como Curitiba. Nesse contexto, chegou-se a cogitar a criação de uma Floresta Nacional, bom uso controlado, como alternativa possível à proteção integral (Estado do Paraná, 1975).

A imprensa e os cientistas da época alertavam para a iminência de uma perda irreversível da biodiversidade, caso não houvesse ações concretas por parte das autoridades (Estado do Paraná, 1975). O Parque do Marumbi, mesmo com reconhecido valor ecológico, permanecia negligenciado (Voz do Paraná, 1975). Especialistas enfatizavam a importância de compreender os parques como instrumentos de proteção ambiental, e não apenas como espaços voltados ao lazer ou ao turismo, caracterizando-os como “documentários vivos” da fauna, flora e dos ciclos ecológicos fundamentais à saúde ambiental (Voz do Paraná, 1975).

Sob os governos militares, a política de preservação ambiental não figurava entre as prioridades. O modelo dominante de desenvolvimento, ao privilegiar a exploração econômica dos recursos naturais, frequentemente negligenciava a conservação ambiental (Voz do Paraná, 1975). O caso do Marumbi ilustra essa lógica: mesmo com a delimitação da área em cerca de 853 mil hectares e seu valor reconhecido, a vegetação nativa continuava a ser convertida em carvão vegetal e madeira serrada, agravando os danos à biodiversidade local (Voz do Paraná, 1975).

Em 1978, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) promoveu o projeto de criação do Parque Marumbi, com o objetivo de proteger a Serra do Mar – considerada uma das últimas reservas ecológicas do Paraná. A iniciativa contou com apoio das Secretarias de Agricultura e Planejamento do estado, e previa a transformação da área em uma reserva florestal capaz de conter a erosão e preservar o Porto de Paranaguá,

ameaçado pelo assoreamento decorrente do desmatamento (Gazeta do Povo, 1978). Em 1980, cerca de 70 000 hectares foram demarcados, mas persistem entraves relacionados à desapropriação de ocupantes e à regularização fundiária (Diário do Paraná, 1980).

Apesar da urgência e dos apelos, o decreto de desapropriação expirou sem que os recursos financeiros necessários à sua execução fossem disponibilizados, o que postergou a efetivação da proteção legal do parque (Jornal do Meio Ambiente, 1983). A vegetação da região, essencial para o equilíbrio ecológico da Serra do Mar, continuava sob ameaça, comprometida por interesses agrícolas e pela ausência de políticas públicas eficazes (Jornal do Meio Ambiente, 1983).

Na década de 1970, a substituição da vegetação nativa por plantações homogêneas de *Pinus* intensificou a degradação ambiental, com impactos sobre espécies endêmicas e ecossistemas sensíveis (Paraná em Páginas, 1978). A lentidão nos processos de desapropriação e a atuação limitada de órgãos como o IBDF geraram perdas irreversíveis. A fragilidade institucional e a permissividade do Código Florestal Brasileiro contribuíram para a expansão do desmatamento na Serra do Mar (Gazeta do Povo, 1983).

No início dos anos 1980, a destruição da vegetação e seus impactos sobre a economia local – como o assoreamento da baía de Antonina e os prejuízos ao Porto – reacenderam as pressões pela criação efetiva do Parque Marumbi. A Associação de Defesa e Educação Ambiental (ADEA) denunciou a omissão do governo federal, e as críticas ao IBDF se intensificaram diante da continuidade do desmatamento em áreas que já deveriam estar protegidas (Gazeta do Povo, 1984).

A regulamentação do Parque, finalmente anunciada em 1984, foi celebrada como conquista pelos defensores da conservação. Destacou-se o papel de Roberto Lange, que articulou e aprovou uma lei estadual com foco na fiscalização e no controle da exploração madeireira na região. A regulamentação também previa a criação de uma comissão específica para a gestão do parque, com o objetivo de superar entraves burocráticos e garantir sua efetiva proteção (Gazeta do Povo, 1984).

Como resposta à crescente mobilização, em 1986, formalizou-se o tombamento da Serra do Mar como patrimônio natural. A proposta, discutida no 1º Encontro Interestadual pela Preservação da Serra do Mar, visava proteger suas riquezas ecológicas, disciplinar a ocupação humana e fortalecer o reconhecimento internacional da região como reserva da biosfera (Jornal da Manhã, s.d). A medida, contudo, enfrentou resistência por parte de setores industriais, que exigiam compensações financeiras pelas restrições impostas (Gazeta do Povo, 1993).

Nos anos seguintes, mesmo com o tombamento da Serra do Mar garantindo maior proteção, atividades predatórias, como a caça ilegal e o desmatamento, continuaram a ameaçar a integridade da região. A exploração mineral e a especulação imobiliária também persistem como fatores de pressão sobre o ecossistema (Gazeta do Povo, 1996). Nesse cenário, a conscientização da população, incentivada por programas como o

Paraná Ambiental, foi fundamental para a recuperação de áreas degradadas e para a adoção de práticas sustentáveis (Gazeta do Povo, 2007).

A atuação da sociedade civil, especialmente de organizações não governamentais e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi decisiva para a preservação da Serra do Mar. Movimentos populares e ecológicos desempenharam papel relevante na mobilização da opinião pública e na pressão por medidas mais eficazes contra a exploração indiscriminada (Gazeta do Povo, 1996). Apesar disso, o desmatamento persistia, como evidenciado pela ocupação irregular de terras ao longo da BR-277, que impactava diretamente o Parque Marumbi e sua vegetação nativa, elemento essencial para o equilíbrio ecológico local.

A preservação ambiental envolvia também o enfrentamento da exploração mineral, alvo de grandes corporações. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos passou a mapear áreas privadas na Serra do Mar com o objetivo de impedir sua aquisição por empresas exploradoras e incentivar pequenos agricultores a adotarem práticas compatíveis com a conservação ambiental (Gazeta do Povo, 2007).

O desmatamento era compreendido como questão de segurança nacional, pois agravava a erosão dos solos e aumentava o risco de desmoronamentos, afetando a planície litorânea e os acessos portuários. O Código Florestal de 1965 não fornecia proteção suficiente para a região, estratégica tanto para a biodiversidade quanto para a economia, em especial para o Porto de Paranaguá. Tornava-se, assim, urgente o fortalecimento de políticas de preservação e de uso sustentável das florestas para evitar danos irreversíveis (Gazeta do Povo, 1983).

Nesse contexto de transformações políticas e sociais no Brasil, a criação do Parque Marumbi representou uma luta ambiental crucial para o equilíbrio ecológico e econômico regional. Mais do que uma resposta à necessidade de conservação, tratou-se de uma ação estratégica para evitar a destruição irreversível do patrimônio natural da Serra do Mar (Escalada, 1985). O Decreto nº 5 308, de 1985, marcou um avanço legal ao instituir a Área Especial de Interesse Turístico (AEIT), buscando conciliar preservação ambiental com turismo e recreação sustentáveis (Escalada, 1985).

A criação da AEIT-Marumbi, em 1984, foi uma resposta estratégica para conter a especulação imobiliária, reforçada posteriormente pelo tombamento da Serra do Mar em 1986. Essas medidas fortaleceram a proteção ambiental da área. Com apoio de montanhistas e ambientalistas, o Programa Pró-Atlântica, lançado em 1997, recebeu investimentos significativos para garantir a conservação e o desenvolvimento sustentável da região (Gazeta do Povo, 2004).

Em 1987, o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) elaborou o Plano de Gerenciamento da AEIT-Marumbi, estabelecendo zoneamento, normas e objetivos com participação de especialistas e gestores públicos (Savi, 2008). Contudo, o parque ainda não havia sido oficialmente criado. A AEIT permitia a gestão ambiental da área sem a necessidade de desapropriação, o que gerou confusão na imprensa entre a AEIT-Marumbi e o futuro Parque Marumbi, levando à percepção equivocada

de que este já estava em operação. Tal equívoco reflete a complexidade do processo e os esforços para equilibrar conservação e turismo sustentável.

Havia também a necessidade de políticas públicas que restringissem a exploração agrícola e propuseram alternativas sustentáveis, como o zoneamento agrícola. Entretanto, limitações financeiras e logísticas representavam obstáculos à sua implementação (Jornal do Meio Ambiente, 1983). Apesar dos entraves, a preservação da área onde se situaria o Parque Marumbi era considerada essencial sob os pontos de vista ecológico e econômico.

A criação do parque foi entendida como estratégia para proteger a biodiversidade, mitigar desastres naturais e preservar recursos essenciais para cidades próximas, como Curitiba (Gazeta do Povo, 1983). No entanto, crescia a pressão por sua efetivação antes que o projeto perdesse validade e os interesses econômicos comprometerem de forma irreversível a integridade ambiental.

Mesmo com esforços de conscientização, práticas inadequadas de turistas e aventureiros continuavam a causar danos às trilhas e estruturas da Serra do Mar, como a destruição da Casa do Ipiranga (Gazeta do Povo, 1998). Por outro lado, o turismo de escalada passou a ser promovido como alternativa viável, capaz de aliar educação ambiental e envolvimento dos visitantes com a conservação da natureza.

O PEPM foi oficialmente instituído pelo Decreto Estadual nº 7.300, de 24 de setembro de 1990, com área inicial de 2.342 hectares. Sua criação ocorreu em meio a intensos conflitos entre preservação e exploração econômica. Embora localizado nos municípios de Morretes, Piraquara e Quatro Barras, o acesso é restrito a Morretes, o que reflete disputas locais e resistências ao controle governamental.

Situado nas coordenadas geográficas 25°44'54,7" S e 48°57'13,2" W, o parque possui relevância estratégica para a preservação regional, mas está constantemente sob pressão de interesses exploratórios. Com sua regulamentação formal, passou a contar com proteção contra desmatamento e exploração madeireira, garantindo a conservação a longo prazo, em consonância com as políticas ambientais voltadas à Serra do Mar (Alves, 2008).

Em 2007, a ampliação do parque constituiu uma das ações mais relevantes para a preservação da Serra do Mar. Reconhecido como berço do montanhismo no Paraná, o parque consolidou-se como destino turístico, espaço de educação ambiental e polo de pesquisa científica, destacando-se pela biodiversidade e pela importância para a conservação da Mata Atlântica (Jornal do Estado, 2007).

O processo de criação do parque ilustra as disputas e conflitos discutidos por Raffestin (1993) acerca da territorialidade. Desde a década de 1940, a disputa pelo controle da Serra do Mar foi palco de embates entre diferentes grupos com interesses antagônicos: montanhistas, ambientalistas, pesquisadores e políticos, de um lado; especuladores, madeireiros, mineradores e agricultores, de outro. A territorialidade, portanto, não se restringe à delimitação física, mas envolve relações de poder, interesses e negociações constantes (Raffestin, 1993).

Instrumentos como a AEIT e o tombamento da Serra do Mar expressam a “tessitura territorial” proposta por Raffestin, na qual os limites do território são definidos e redefinidos por forças sociais em disputa. A dinâmica do poder e a instabilidade do território enquanto construções sociais e políticas tornam-se evidentes diante do movimento em defesa da preservação ambiental, intensificado pela pressão da sociedade civil (Raffestin, 1993).

A demora na efetiva implementação do parque, causada por entraves financeiros e omissão governamental, exemplifica a “temporalidade instável” que caracteriza os processos territoriais, nos quais interesses e relações de poder se transformam ao longo do tempo. A criação e posterior ampliação do PEPM, entre 1990 e 2007, demonstram que a territorialidade é uma construção contínua, moldada por disputas que, além de configurar o espaço físico, redefinem estruturas sociais e políticas. Rota-se, portanto, de uma expressão da concepção de Raffestin (1993), segundo a qual o território não é dado, mas produzido nas relações de poder, sendo constantemente reconfigurado pela interação entre atores sociais.

Nesse sentido, a institucionalização de instrumentos como a AEIT e o tombamento da Serra do Mar pode ser compreendida como manifestação do “Poder” estatal, que, conforme Raffestin (1993), atua impondo normas e delimitando usos do espaço. Ao mesmo tempo, a mobilização de montanhistas, ambientalistas e organizações civis evidencia o “poder”, relacional e cotidiano, que se expressa nas práticas de resistência e nas redes de atores que disputam sentidos e usos do território.

Ferreira (2017), interpretando Raffestin (1993), reforça que o território é o espaço onde o poder se exerce, articulando controle, dominação e produção de sentidos. O caso do Parque Marumbi ilustra justamente essa tessitura territorial, em que Estado e sociedade se confrontam e se articulam na produção de novas configurações espaciais.

Assim, os conflitos em torno da Serra do Mar não apenas revelam tensões entre preservação e exploração econômica, mas confirmam a territorialidade como dinâmica relacional, política e histórica, em constante transformação (Raffestin, 1993). Nessa mesma direção, Ferreira (2017) enfatiza que o território é o espaço onde o poder se exerce, articulando controle e produção de sentidos. O caso do Parque Marumbi, portanto, constitui um exemplo concreto dessa tessitura territorial, na qual conflitos e tensões definem os contornos e significados do território.

Considerações Finais

Os resultados confirmam que a criação do PEPM foi impulsionada por mobilizações de atores sintagmáticos – como ambientalistas, pesquisadores e organizações civis – capazes de articular apoio político e social, e pela adaptação de atores paradigmáticos – como representantes políticos e parte da população local – que passaram a incorporar a pauta ambiental quando esta se tornou relevante para seus interesses. Esse movimento evidencia que a conservação ambiental emergiu como estratégia tanto de proteção quanto de legitimação política.

O estudo também demonstrou que instrumentos legais, como o Código Florestal de 1965, a Constituição Federal de 1988, a criação da Área Especial de Interesse Turístico (1984) e o tombamento da Serra do Mar (1986), foram decisivos para viabilizar juridicamente a preservação. Esses marcos, articulados à pressão social, configuraram a base para a formalização do parque na década de 1990.

A aplicação da teoria de Raffestin mostrou que a delimitação do PEPM corresponde a uma “tessitura territorial”, ou seja, um resultado decorrente de negociações permanentes entre interesses divergentes, especialmente entre preservação ambiental e exploração econômica. A criação do parque, nesse sentido, não representou apenas a proteção de um espaço natural, mas a consolidação de um novo arranjo territorial, no qual a conservação se tornou elemento estruturante.

Por fim, a pesquisa evidencia que a experiência do PEPM oferece um modelo interpretativo útil para compreender a criação de outras Unidades de Conservação no Brasil. Observa-se, ainda, que a adoção de delimitações territoriais mais amplas – como no caso da Serra do Mar – potencializa a efetividade da preservação, pois amplia a proteção de ecossistemas interligados, favorece a manutenção de corredores ecológicos e reduz a pressão sobre áreas sensíveis. Como recomendação, sugere-se o aprofundamento de estudos comparativos que analisem a atuação de diferentes categorias de atores em processos semelhantes, bem como a investigação de estratégias de gestão participativa capazes de fortalecer a efetividade das áreas protegidas.

Referências

ALVES, N. L. P. **As montanhas do Marumbi**. 1. ed. Curitiba: Edição do Autor, 2008.

CARNEIRO, Celso Fernando de Azambuja. **A Constituição de Patrimônios Naturais e o Tombamento da Serra do Mar Paraná**. 2007. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/12356>. Acesso em: 28 set. 2024.

CORREIA, J. L. F. dos S. **Geografia e poder: a busca por uma interface metodológica**. Revista de Geopolítica, v. 12, n. 3, p. 122-136, jul./set. 2021. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/index>. Acesso em: 6 fev. 2025.

FERREIRA, G. H. de A. **Território usado, informação e poder: uma análise a partir dos agentes da mídia e publicidade em Uberlândia-MG**. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v. 8, n. 21, p. 104-129, set. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/45930/24566>. Acesso em: 24 jan. 2025.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20–29, maio/jun. 1995.

https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-da-area-de-estudo-Parque-Estadual-Pico-do-Marumbi-Morretes-PR_fig1_228659941. Acesso em: 27 mar. 2024.

KOZERA, C.; RODRIGUES, R. R.; DITTRICH, V. A. de O. **Composição florística do sub-bosque de uma floresta ombrófila densa montana**, Morretes, PR, Brasil. Disponível em:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA%20(1).pdf). Acesso em: 05 set. 2025.

LETOURNEAU, J. **Ferramentas para o pesquisador iniciante**. In: Como interpretar uma fonte escrita: comentário de documento. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 99-173. Disponível em: [file:///C:/Users/heloi/Downloads/CAP%20COMENT%C3%81RIO%20DE%20DOCUMENTO%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/heloi/Downloads/CAP%20COMENT%C3%81RIO%20DE%20DOCUMENTO%20(1).pdf). Acesso em: 28 mar. 2024.

PARANÁ. Leis estaduais. **Decreto nº 1531, de 2 de outubro de 2007**. Amplia a área do Parque Estadual Pico do Marumbi. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-1531-2007-parana-amplia-a-area-d-o-parque-estadual-pico-do-marumbi-em-6403-0399-hectares-somando-a-area-total-8-745-4547-hectares>. Acesso em: 04 jan. 2024.

PARANÁ. Leis estaduais. **Decreto nº 7300, de 24 de setembro de 1990**. Súmula: Criação do Parque Estadual Pico do Marumbi na comarca de Morretes. Legislação do Estado do Paraná. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-7300-1990-parana-criacao-do-parque-estadual-pico-do-morumbi-na-comarca-de-morretes-como-mencionado-n-esse-decreto>. Acesso em: 04 jan. 2024.

RAFFESTIN, C. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. p. 17-36, 2005. In: SAQUET, M. A.; SPOLESTRA, E. S. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 368, 2005. Disponível em: <https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**: Geografia e Política. Volume 29. São Paulo (SP): Editora Ática S.A., 1993.

SANTOS, R. G; ANDRADE, R.B.; OLIVEIRA, E.D **Análise perceptiva da educação**

ambiental dos praticantes de montanhismo em Governador Valadares (MG). Revista

Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v 18, n.4, ago-out 2025, pp. 685-704.
Disponível em:
<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/20127>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SAVI, Mauricio. **Análise Ecológica da Serra do Mar Paranaense:** Área de Especial Interesse Turístico do Marumbi. 2007. Disponível em:
<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/19168>. Acesso em: 06 out. 2024.

SOBRE MONTANHAS. **Parque Estadual Pico do Marumbi**. Disponível em:
<https://sobremontanhas.com.br/parque-estadual-pico-do-marumbi/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Reimpressa.
Florianópolis – SC: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013. p. 29-37.

Agradecimentos

Este artigo científico foi elaborado com base na dissertação de mestrado intitulada "Criação do Parque Estadual Pico do Marumbi: história, atores e conflitos territoriais", de autoria de Heloisa Leticia da Silva Conceição, sob orientação da professora Cinthia Maria de Sena Abrahão. A pesquisa foi desenvolvida em 2025 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) da Universidade Federal do Paraná. A dissertação está disponível para acesso no repositório institucional da UFPR, por meio do link: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/97494>.

HELOÍSA LETÍCIA DA SILVA CONCEIÇÃO: PPGDTS – Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil.

E-mail: heloisalsc23@gmail.com.

Link para o Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5721553337469800>.

CINTHIA MARIA DE SENA ABRAHÃO: Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil.

E-mail: cinthiaabrahao@ufpr.br.

Link para o Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2369333680147548>.